



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
FABS-RPPS

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2012, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pela Portaria nº 104/SG/12. Presentes: Antão Flores Barcelos, Bruno Walter Hesse, Valter Portalete, João Batista Rodrigues da Silva, Abrelino Luiz da Silva, Sandra Maria Back Ferreira, Gilberto Bomm, Jeferson Maurício Renz. A reunião primeiramente marcada para o dia 28 de novembro de 2012, foi adiada para esta data para que os membros do COADFABS, pudessem analisar o inteiro teor do "Termo de Parcelamento" apresentado para análise.

O Termo de Parcelamento está embasado na Lei Municipal nº 3.652/2012, que foi apresentado pelo Executivo e aprovada pelo Legislativo, tratando de parcelas devidas vencidas e vincendas e não repassadas ao RPPS, nos prazos legais, na parte formal está adequado à legislação

O Conselho já havia se pronunciado sobre o atraso dos pagamentos ao RPPS e Notificou ao Prefeito sobre o fato. Porém, a situação não se reverteu e deu-se continuidade a falta de pagamento dos valores devidos, nos meses subsequentes e foi incluído na Lei autorizativa de parcelamento meses em que o fato gerador ainda não ocorreu, nesta data, décimo-terceiro e a competência de dezembro de 2012.

Deu-se início as ponderações relativas a anuência para assinatura pelo Sr. Presidente do Termo de Parcelamento.

A Conselheira Sandra Ferreira fez as suas considerações: a função do Conselheiro é ter a responsabilidade de fiscalizar, acompanhar todos os aspectos que dizem respeito à manutenção do RPPS, vai além dos aspectos Legais ou Contábeis, envolve a gestão do mesmo na sua totalidade. Não negamos que nos últimos anos houve um esforço para recuperar o FABS, nisto também a legislação avançou bastante, porém o montante das dívidas consolidadas que passarão do exercício de 2012 e vão até 2015 somam um montante em torno de R\$7.740.000,00, sem considerar a Lei 3.652/2012 no qual serão mais outros R\$2.625.414,94. Quando se trabalhou exaustivamente em 2010 nos parcelamentos que terão vigência até o final de 2015, foi para deixar regularizado as pendências com o RPPS. Contudo, novamente, quando há problemas financeiros no Município quem deixa de receber seus recursos é o FABS, isto sem ser consultado. A descapitalização do FABS, pode representar a inviabilidade da administração financeira do Município, por isso a imperiosa necessidade de mantê-lo estabilizado, sem a baixa de seus recursos financeiros, pois repasses inferiores ao montante dos dispêndios mensais requerem saques nas reservas do fundo. O último cálculo atuarial com data base agosto de 2012 está demonstrando um passivo atuarial de R\$237.069.530,08 frente aos R\$184.855.351,82 verificados em 2011, ainda na Avaliação 2012: 1.878 segurados na Avaliação 2013: 2.099 segurados, um aumento

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "Sandra Ferreira" and others.]

de 221 segurados 12,15% no número de segurados; também na Avaliação 2012: R\$ 1.408,18 de média salarial e na Avaliação 2013: R\$ 1.597,64 de média salarial, um aumento de 13,45% nas remunerações, enquanto que a inflação foi de 6,50%. Foi recomendando a manutenção das alíquotas. Aumentou o déficit, mas o plano de custeio continua adequado.

Isto posto, não encontramos argumentos para dar anuência para que o Presidente assine o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários. No caso de nosso Município o FABS, não tem como deixar de receber seus valores com extrema pontualidade para conseguir fazer uma gestão de manutenção do Fundo, e como representante dos servidores, é que não há como avalizar a constituição de mais dívidas para com o FABS. As administrações precisam encontrar outros mecanismos de gestão financeira que não sejam oriundas no atraso de repasses devidos ao RPPS.

O Sr. Jeferson Renz, citou a questão do risco de Inversão de Tendência no montante dos recursos do FABS, sendo necessária a manutenção do equilíbrio financeiro. Também colocou que chegou no limite a questão no atraso de repasses para o RPPS. É desfavorável a assinatura do Termo de Parcelamento.

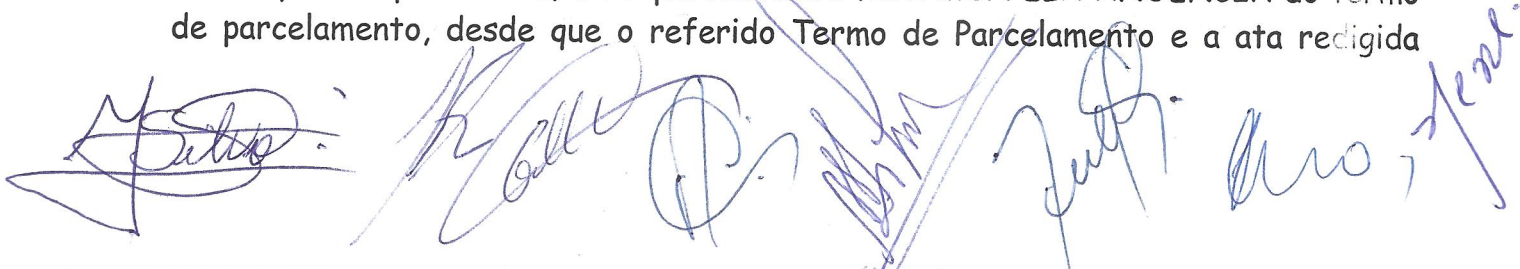
O Sr. Bruno W. Hesse, colocou a questão dos problemas financeiros atuais são enfrentados por 80% dos Municípios e Santo Ângelo, não encontra-se em diferente posição. A não anuência afetará a próxima administração, pois pode inviabilizar o CRP. Diante do parecer da legalidade exarada pela DPM e ratificada pela PGM do Município é de parecer favorável a assinatura do Termo de Parcelamento Pelo Conselho.

O Sr. João Batista também demonstrou sua preocupação em relação a responsabilidade dos Conselheiros, de acordo com o que ouviu, leu, baseado no parecer constando no ofício 456-2012 da PGM é favorável á anuência da assinatura do Termo de Parcelamento.

O Sr. Abrelino também manifestou-se com preocupações em relação ao Termo de parcelamento e as responsabilidades, é pelo veto a assinatura do Termo de Parcelamento.

O Sr. Antão Barcelos, pelas razões já elencadas pelo Sr. Bruno, levando-se em conta ainda o comportamento da arrecadação do Município nos últimos períodos financeiros contábil é pelo voto da anuência do Termo de Parcelamento.

O Sr. Valter Portalete, fez constar: Considerando que a Lei já foi aprovada pela câmara de vereadores do município; que, independente da posição do conselho a administração municipal dará prosseguimento ao parcelamento; que na recusa da aprovação do Termo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários o município não obterá o CRP (Certificado de Regularização Previdenciária), indispensável para muitas finalidades da administração municipal; nas condições atuais que se apresentam, SOU parcialmente favorável PELA ANUENCIA do termo de parcelamento, desde que o referido Termo de Parcelamento e a ata redigida

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, they appear to be: a signature that looks like 'Antão', a signature that looks like 'João', a signature that looks like 'Bruno', a signature that looks like 'Jeferson', and a signature that looks like 'Abrelino'. There is also a signature on the far right that is partially cut off and looks like 'Valter'.

nesta data seja encaminhada para conhecimento do Ministério Público Estadual, a fim de restringir quaisquer possibilidade de responsabilização dos conselheiros que integram a gestão do Fundo de Aposentadoria e Benefícios dos Servidores Municipais de Santo Ângelo - FABS, ressaltando que o não repasse de verbas ao FABS foi opção de gestão administrativa da administração municipal, a qual priorizou outros investimentos e compromissos, deixando de cumprir com suas obrigações previdenciárias; que não há posição definitiva sobre a responsabilização dos conselheiros; que apesar das inúmeras reuniões efetuadas anteriormente, em nenhuma oportunidade a administração municipal acenou com a possibilidade de execução de um Termo de Parcelamento.

O Sr. Gilberto Bomm, participou da discussão, apresentando seus questionamentos aos presentes e mediando as questões relativas a pauta. Concluídas, as discussões, venceu a APROVAÇÃO da ANUÊNCIA do Termo de Parcelamento devendo atender ao voto do Sr. Valter Portalete com conhecimento ao Ministério Público.

Nada mais havendo a constar, assinam os Conselheiros.


GILBERTO BOMM
ANTÃO FLORES BARCELOS
JOÃO BATISTA R. DA SILVA
ABRELINO LUIZ DA SILVA
SANDRA Mª BACK FERREIRA
BRUNO WALTER HESSE
JEFERSON MAURICIO RENZ
VALTER PORTALETE